# TELE, COM

PUBLICAÇÃO PELLON & ASSOCIADOS ADVOCACIA

# **DESTAQUES**

Câmara aprova MP 810, que altera Lei de Informática

RELATÓRIO INDICA OPERADORA COM MELHOR VELOCIDADE DE INTERNET NO CELULAR

>>

NOVA LEI EXIGE
DIVULGAÇÃO DE TABELA
DE PREÇOS POR
CONCESSIONÁRIA

# Telefonia

RELATÓRIO DA
OPENSIGNAL APONTA A TIM
COMO OPERADORA COM
MAIOR COBERTURA 4G

# TELE.COM

Publicação do Escritório Pellon & Associados Advocacia

# Luís Felipe Pellon

Fundador e Presidente do Conselho lfpellon@pellon-associados.com.br

### Dárcio Mota

Membro do Conselho, responsável pelo Escritório de São Paulo. darcio.mota@pellon-associados.com.br

### Leonardo Cuervo

Membro do Conselho, responsável pelo contencioso de massa leonardo.cuervo@pellon-associados.com.br

# PROJETO GRÁFICO Assessoria de Comunicação: *Mônica Grynberg Cerginer*

Distribuição Online

As opiniões expressas nos artigos assinados, bem como o serviço de Clipping (elaborado originalmente por outros veículos) são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião do Escritório Pellon & Associados.

Imagens retiradas da internet, de domínio público. A reprodução de qualquer matéria depende de prévia autorização.



# Rio de Janeiro

Edifício Altavista Rua Desembargador Viriato, 16 20030-090 / Rio de Janeiro - RJ - Brasil T +55 21 3824-7800 F +55 21 2240-6970



# **LEGISWEB**

# NOVA LEI EXIGE DIVULGAÇÃO DE TABELA DE PREÇOS POR CONCESSIONÁRIA

Objetivo é mostrar a evolução das tarifas praticadas pelas prestadoras de serviços públicos nos últimos cinco anos

Já está em vigor a obrigação das concessionárias de serviço público de divulgarem tabela com a evolução do valor da tarifa e do preço praticados pelas e prestadoras nos últimos cinco anos. É o que determina a lei 13.673/2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 06 de junho. A nova legislação é resultado de projeto de lei da Câmara.

O texto altera três leis para incluir exigência da divulgação no site de cada concessionária de tabela com o valor das tarifas praticadas e a evolução das revisões ou reajustes realizados, inclusive a Lei Geral de Telecomunicações. O objetivo é garantir mais direitos aos consumidores. A lei não prevê sanções para as empresas que descumprirem a obrigação. Leia aqui a íntegra da lei.

# ABRINT QUER AMPLIAR DEBATE DO PLC 79 PARA OUTROS TEMAS DO MODELO DE TELECOM

A entidade quer alteração da LGT para que a conexão à internet seja definida como serviço de valor agregado, defende uso do Fust no financiamento da banda larga e pede compartilhamento obrigatório das redes construídas com dinheiro público.

Na avaliação dos que acompanham a tramitação do PLC 79, que troca as concessões de telefonia fixa por autorizações e estabelece como contrapartida investimento em banda larga, são mais do que remotas as chances de que seja votado no Senado antes das eleições e ainda este ano. Assim, crescem as chances, de que ao ser retomado o debate, ele possa ser ampliado. Pelo menos, essa é a tese defendida por Cristiane Sanches, diretora jurídica da Abrint. Ela entende que os provedores regionais de acesso à internet, que iniciaram hoje, em São Paulo, o Abrint 2018, precisam aproveitar a discussão do PLC 79 para endereçar temas de seu interesse que são relevantes para aperfeiçoar o modelo de telecom do país.

E quais são esses temas? A alteração o artigo 61 da Lei Geral de Telecomunicações para que a conexão à internet seja definida como Serviço de Valor Agregado, a aplicação dos recursos do Fust na massificação da banda larga no país existem 71 projetos tramitando no Congresso Nacional que tratam do Fust - e o estabelecimento de um mecanismo de gestão dos recursos seme-Ihante ao modelo do Programa Luz para Todos e o compartilhamento obrigatório da infraestrutura de rede construída pelas operadoras como contrapartida à migração da concessão da telefonia fixa para a autorização.

# Serviço público x serviço privado

Apesar de também fazer críticas ao PLC 79, Cristiane não encampa os argumentos do movimento Banda Larga é um Direito Seu que defende que a infraestrutura de banda larga seja um serviço público. "O que importa é que a internet seja serviço de valor agregado", diz ela, lembrando que os provedores regionais sempre prestaram serviço privado. Já a advogada Flavia Lefevre, que participou do painel representando a Proteste, entidade de defesa do consumidor, argumentou que o Estado não terá instrumento para universalizar a banda larga no país

se a infraestrutura não for enquadrada como serviço público. "Como estabelecer obrigações nas áreas que não são atrativas economicamente?", perguntou Flavia. Para ela, é uma contradição os pequenos provedores se colocarem contra o enquadramento da infraestrutura de banda larga como serviço público, pois eles seriam os principais beneficiados.

# CÂMARA APROVA PL DA PROTEÇÃO DE DADOS

Matéria segue para apreciação do Senado

O plenário da Câmara aprovou, no dia 29 de maio, o projeto de lei que regulamenta o tratamento de dados pessoais no Brasil, tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada. O relator da matéria, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), acatou a emenda de plenário do PDT, que prevê o tratamento mais restrito dos dados relativos à saúde do cidadão. A proposição seguirá para apreciação do Senado.

A proposta prevê, entre outras providências, a criação de uma autoridade nacional de proteção de dados, nos moldes das agências reguladoras, com atribuição de zelar pela observância do segredo comercial e industrial; o atendimento a petições de titulares; solicitação de relatórios de impacto à proteção de dados para casos de alto risco; audiência dos agentes de tratamento e sociedade; arrecadação e aplicação de receitas e realização de auditorias no âmbito da atividade de fiscalização. Além da regulação.

O projeto de lei estabelece um prazo de 18 meses para entrada em vigor das novas regras, a partir da sanção da lei.

Fonte: Telesíntese

# GIRO DE NOTÍCIAS



# RELATÓRIO DA OPENSIGNAL APONTA A TIM COMO OPERADORA COM MAIOR COBERTURA 4G

Telesíntese

Clientes da tele conseguiram se conectar a redes LTE em 74% do locais onde estiveram. Vivo vem na segunda, Claro, na terceira, e Oi, na quarta posição. Ranking usa dados de 2017.

A consultoria Opensignal lançou hoje (24) um novo relatório no qual avalia a extensão da cobertura 4G das operadoras móveis no Brasil. Segundo os dados coletados, a TIM aparece como líder, seguida de Vivo, Claro e Oi, nesta ordem.

Para elaborar o estudo, a empresa criou um novo índice, que chamou de "Experiência de Cobertura". A TIM obteve pontuação de 74,4% nesta métrica, enquanto a Vivo tirou 67,3%; a Claro, 61,7%; e a Oi, 54,7%.

O índice afere a porcentagem de lugares diferentes em que os usuários do aplicativo Opensignal estiveram nos quais conseguiram se conectar a uma rede LTE. Quanto maior o índice, mais lugares contam com cobertura. Não há medição, nesse caso, de velocidade ou estabilidade do acesso. Na prática, significa que o cliente da TIM conseguiu se conectar a redes 4G da operadora em 74,4% dos lugares em que esteve no período analisado.

Os dados dessa primeira análise foram coletados entre setembro e novembro de 2017. A Opensignal ressalta, no entanto, que há correlação entre a cobertura e qualidade do acesso. "As operadoras com melhor colocação em cobertura também tiveram

melhor nota em disponibilidade", diz no material. O índice de disponibilidade é a outra métrica da empresa para detectar se os usuários conseguem acessar a internet pelo celular com frequência.

A Opensignal lembra que o alcance da cobertura 4G é fundamental para permitir que o usuários consiga realizar chamadas de voz sobre LTE. Com essa tecnologia ativada e massificada, as teles poderão reduzir a quantidade de recursos destinados ao funcionamento de redes 2G ou 3G, fazer refarming, e melhorar a capacidade da 4G.A consultoria avalia que a Oi ficou em último na experiência de cobertura por não ter disponível o espectro de 700 MHz, que tem penetração mais ampla que outras faixas de frequência usadas na telefonia móvel. "A Oi tem construído redes LTE que usam bandas intermediárias ou de alta-frequência, o que a coloca em desvantagem quanto à cobertura", diz o material, que pode ser lido na íntegra (em inglês) aqui.

# PARA A OI, APROVAÇÃO DO PLC 79 É URGENTE

Telesíntese

Para o CEO da Oi, se o projeto que liberar os investimentos em telefonia fixa não for aprovado até julho, "poderá se matar os investimentos do mercado".

O presidente da Oi, Eurico Teles, foi enfático na necessidade de aprovação até julho deste ano do projeto de lei 79/16, que autoriza as atuais concessionárias de telefonia fixa, como a Oi, migrar para o serviço privado de telefonia. "A aprovação do projeto é urgente, não podemos deixar de passar este ano, sob pena de matar os investimentos do mercado", afirmou ele durante o Painel Telebrasil 2018.

O executivo lembrou que a Oi, em processo de recuperação judicial, gastou no ano passado R\$ 320 milhões com a manutenção dos orelhões e teve apenas R\$ 5,6 milhões de receitas com os 640 mil telefones públicos (TUPs) que é obrigada a manter em todo o país. "Ninguém quer saber o número de meu telefone fixo, nem de ninguém. Não dá mais para sermos obrigados a injetar recursos em serviços que ninguém quer", afirmou.

Teles assinalou que a Oi, desde que teve a sua recuperação judicial aprovada, está dando as respostas que prometeu, mas a empresa e o setor precisam de modernização da legislação e da regulação. "A empresa está cumprindo todos os prazo da RJ antes da data e agora a Oi está voltando para o patamar de mercado. Vamos buscar todos os clientes que nos deixaram", avisou.

# Próximos Passos

O CEO da Oi assinalou que o próximo importante passo da empresa será a conversão da dívida em capital. Com este processo, a Oi vai reduzir R\$ 49 bilhões de dívida em R\$ 14 bilhões. E esta etapa ocorre em julho. Depois, assinalou Teles, haverá a capitalização de R\$ 4 bilhões.

"A Oi só poderá pedir uma nova Recuperação Judicial dentro de cinco anos. Então, não podemos errar", concluiu o executivo.

# ANATEL: COBERTURA DE SATÉLITE PARA NO TRATADO DE TORDESILHAS

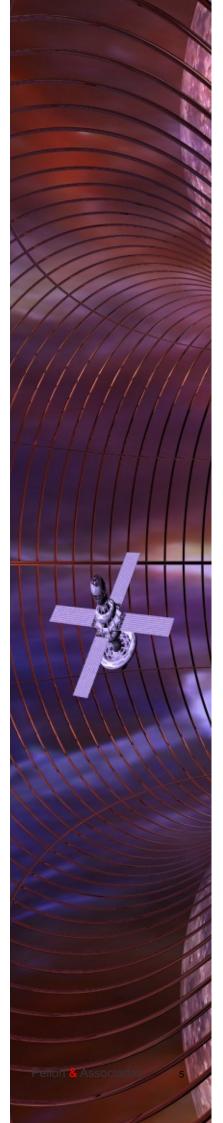
Convergência Digital

Operadoras do segmento satelital que atuam no Brasil estão em pé-de-guerra com a estratégia governamental de oferta de banda larga via satélite, por meio do satétite geoestácionário, controlado pela Telebras. Mas como pontuou o presidente da Anatel durante o Painel Telebrasil 2018, nesta quarta-feira, 23/05, ainda é muito restrita a oferta privada de capacidade para além dos limites do Tratado de Tordesilhas.

"Parece que ainda vivemos sob o Tratado de Tordesilhas. A cobertura via satélite só avança muito paulatinamente para a esquerda dessa linha imaginária. Mesmo no caso de um novo satélite de uma grande operadora que vai entrar em órbita agora ainda não atenderá estados como Mato Grosso, Amazonas ou Acre. E não só atendimento doméstico. No interior, entre os produtores rurais, existe uma grande demanda ligada a produção, à criação de gado, soja. Mesmo na Bahia produções isoladas de tabaco, por exemplo, não conseguem acesso via satélite", destacou Quadros.

O tema é atual porque empresas desse segmento foram à Justiça questionar o acordo da Telebras com a americana Viasat para oferta de conectividade dentro dos programas de inclusão digital. As empresas reclamam que o acerto direto feriu a competição. Mas a Telebras alega algo muito parecido com o que apontou o presidente da Anatel: o setor privado não é capaz de entregar banda larga satelital para Oeste da linha do Tratado de Tordesilhas.

"Hoje temos 44 satélites sobre o Brasil, tantos os de empresas sediadas como não sediadas no Brasil. Os de nova geração ainda são poucos, só agora começa a ser usada a banda Ka que é mais adequada ao atendimento de banda larga onde não dá para chegar com fibra óptica. Em função da concentração econômica no litoral e no máximo no Centro Oeste até Brasília, os satélites cobrem plenamente essa área. Mas à medida que a gente vai mais a oeste do país, mesmo a segunda leva de satélites de nova geração ainda não irá levar a banda Ka", insistiu Quadros. Assistam a entrevista com o presidente da Anatel, Juarez Quadros.





### CÂMARA APROVA MP 810, QUE ALTERA LEI DE INFORMÁTICA

Telesíntese

Texto segue para apreciação do Senado. Empresas terão de comprovar regularidade com a seguridade social para obter benefícios previstos na MP.

A Câmara dos Deputados aprovou no dia 8de maio projeto de lei de conversão da MP 810, que concede mais prazo para empresas de TICs investir recursos vinculados à isenção de impostos em P&D. A MP foi assinada no final de 2017, por Michel Temer, e aguardava a confirmação dos deputados. Agora, o PLC vai para votação no Senado.

A MP permite a recuperação de débitos com investimentos não realizados ou não aprovados pelo Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Isso valerá para os passivos acumulados até 31 de dezembro de 2016.

O texto sofreu alterações, no entanto, para ser aprovado. As empresas poderão receber os benefícios apenas após comprovarem regularidade das contribuições com o sistema de seguridade social.

Como ficou:

Plano de reinvestimento:

O plano alternativo de reinvestimento em P&D, a ser executado em até 48 meses, com 20% a cada ano, no mínimo, contemplará cinco destinacões:

 mínimo de 30% dos débitos alocados em programas e projetos de interesse nacional nas áreas de tecnologias da informação e da comunicação considerados prioritários pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação (Cati);

- mínimo de 25% em convênios com Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs);
- mínimo de 15% com ICTs situadas nas áreas de atuação da Sudam, Sudene e Centro-Oeste, sendo um mínimo de 30% disso em ICTs públicas;
- mínimo de 10% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); e
- o restante em fundos de investimento que apliquem em empresas de tecnologia, em projetos aprovados pelo Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia (Capda) ou em organizações sociais do setor que mantenham contratos de gestão com o ministério.

Na Zona Franca de Manaus, de forma semelhante, os débitos gerados pela desaprovação de demonstrativos de aplicações em P&D poderão ser reinvestidos contanto que apurados até 31 de dezembro de 2016. Nesse caso, entretanto, 30% do total deverão ser aplicados em programas prioritários definidos pelo Capda.

O projeto de lei de conversão prevê ainda a aplicação de 20% dos recursos em convênios com ICTs públicas com sede na Amazônia Ocidental ou no estado do Amapá.

Tanto as empresas situadas na Zona Franca quanto as de outras localidades terão de desistir de ações na Justiça e de processos administrativos relacionados aos débitos de investimento em pesquisa e desenvolvimento se aceitarem reinvestir os recursos na forma definida pela MP. (Com Agência Câmara)

# CONSELHEIRO DA ANATEL BATE DURO CONTRA NOVA LEI QUE DEFINE CRITÉRIOS PARA DECISÃO DO GOVERNO

EMMANOEL CAMPELO ALERTA QUE A LEI 13.655, SANCIONADA HÁ UM MÊS PODE PARALISAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

TeleSintese

O conselheiro da Anatel, Emmanoel Campelo afirmou hoje, 24, que a Lei 13.655-2018, sancionada no mês passado, poderá paralisar a administração pública brasileira. A lei, que foi sugerida por um grupo de juristas, tem o objetivo de fazer com que os agentes

públicos e os poderes de controle assumam o ônus das decisões que tomam. " Justificar a motivação de um ato da administração pública é o preço do Estado Democrático de Direito", defendeu Flávio Henrique Pereira, presidente do Instituto de Direito Administrativo do DF. Mas, para Campelo, o texto aprovado extrapola em muito a intenção original dos advogados e poderá provocar ou a paralisação da administração pública ou a sua infantilização (ou seja, o gestor deixa de decidir, repassando a responsabilidade para os órgãos de controle)."A lei determina que o gestor, antes de tomar uma decisão, terá que analisar TODAS as soluções do problema e assumir integralmente as consequências pela solução escolhida. Imagine-se isso no mercado de telecomunicações, que convive com mudanças radicais constantemente", avaliou o conselheiro.

Para ele, embora a lei se aplique a todos os agentes públicos – também a justiça, o TCU e o Ministério Públicos- estas instituições contam com precedentes que as isentarão desse ritual, o que não ocorrerá com o resto do governo. "Resta saber ainda o que será exigido do gestor. Por enquanto, essa lei vai nos obrigar a fazer futurologia", concluiu.

# GOVERNO E ANATEL REJEITAM CALCULAR VALOR DO FIM DAS CONCESSÕES ANTES DA NOVA LEI

Convergência Digital

O mercado de telecomunicações brasileiro passou mais uma semana chorando as dores porque não avança a revisão do marco legal do setor. O PLC 79/16 foi o tema comum a todos os debates do Painel Telebrasil 2018 mas veio no último painel a avaliação de que as incertezas sobre o montante financeiro são o maior entrave à aprovação do projeto. "O caminho do Congresso dá maior segurança jurídica, mas encontrou uma barreira e está há quase dois anos parado. Está na hora de pensar no Plano B. Estamos parados mas existem coisas que podem ser feitas. Uma delas é a avaliação dos bens reversíveis. Enquanto a gente espera o PLC para depois fazer uma avaliação, estamos jogando ainda para mais longe uma questão que terá que ser enfrentada", resumiu o presidente da consultoria Teleco, Eduardo Tude. Não chega a ser uma cobrança nova. Na audiência pública realizada no início de maio no Senado Federal, o presidente da comissão de ciência

e tecnologia Otto Alencar (PSD-BA), defendeu expressamente só votar o PLC 79 depois que fossem conhecidos, pelo menos, os valores envolvidos nos bens reversíveis em poder das concessionárias. Um dia depois, decidiu que não colocaria mais a proposta em votação.

Mas para governo e Anatel, não há jogo. "Ainda é um cenário hipotético. A gente só vai conseguir calcular tendo a Lei. A gente precisa saber quais são os parâmetros. Não é um cálculo simples. Temos que alocar internamente pessoal para fazer isso. E provavelmente vamos precisar de auxílio externo. E não temos nem como justificar ter esse auxílio externo sem os parâmetros", sustentou o superintendente de planejamento regulatório da agência, Nilo Pasquali.

"Não se espere a contratação pela Anatel de consultorias milionárias para efetivar o cálculo para termos um número científico do valor. O que se pode fazer são estimativas não oficiais. Se isso for suficiente para o projeto ir adiante, ok. Mas o cálculo definitivo não tem como legalmente sair antes da sanção da lei", emendou o diretor do departamento de Banda Larga do MCTIC, Artur Coimbra. Ele espera que a apresentação do que será feito com os eventuais recursos disponibilizados com o fim das concessões de telefonia seja o suficiente para convencer os senadores ainda reticentes em relação ao projeto de lei. Daí o plano estrutural de redes feito pela Anatel e o plano nacional de conectividade do próprio ministério.

Nesse contexto, o governo descarta avançar mesmo no terreno dos bens reversíveis. "Não se trata de uma análise do valor contábil do bem, que não vai servir para muita coisa, mas qual o valor econômico potencial desses bens. Para saber isso, preciso da condições com que essa mudança vai ser feita e isso só vai estar estabelecido na hora que a lei for sancionada", insiste o diretor de Banda Larga do MCTIC.

Para Tude, da Teleco, seria um avanço importante. "Minha proposta é esquecermos o PLC 79. Temos que ter um número de bem reversível. A Anatel devia ter esse numero e controlar, contabilmente ou não, mas precisa uma posição da Anatel sobre isso. Claro que se o PLC for aprovado haverá outra abordagem, mas já teremos superado uma incerteza. E é essa incerteza que poderia ser diminuída."

TIM ATIVA A PRIMEIRA REDE DE INTERNET DAS COISAS EM 4G DO PAÍS. A NB-IOT

A cidade de Santa Rita do Sapucaí terá aplicações de smart city pela rede NB-IoT da TIM, na faixa de 700 Mhz. Smart City lançadas no próximo dia 26), a operadora poderá, rapidamente, oferecer diferentes conectividades de IoT para as mais de mil cidades brasileiras que já contam com a tecnologia LTE da operadora. "Essa cobertura ficará imediatamente à disposição das aplicações de IoT, e, até 2020, poderá chegar nas 4 mil cidades onde estaremos presentes com a LTE em 700 MHz", avisa.

A maximização dos investimentos e a rápida adaptação da rede do smartphone também para a Internet das Coisas foram alguns dos motivos que levaram a TIM a apostar nesta tecnologia. Outras razões, aponta Capdville, devem-se ao fato de que o serviço estará sendo prestado em uma frequência licenciada (e por isso, protegida contra interferências) e a cobertura que poderá ser alcançada. "A medida em que for aparecendo casos de negócios, vamos ativando as cidades. Para sair de Santa Rita, o tempo e o investimento serão muito pequenos," afirmou.

A oferta da NB-IoT na cidade mineira está sendo feita em parceria entre a operadora de celular, que fornece a conectividade; o Inatel, que desenvolve o software; e a Ericsson, que oferece a plataforma de IoT.

Telesíntese

A cidade de Santa Rita do Sapucaí passa a contar, a partir de agora, com a rede de Narrow Band IoT (NB-IoT) da TIM para uso comercial. "Estaremos surfando na onda da escala mundial", avisa Leonardo Capdeville, CTO da operadora, ao explicar as razões da TIM em apostar nesta tecnologia para oferecer soluções de internet das coisas ao mercado brasileiro. A NB-IoT é uma das tecnologias aprovadas pelo 3GPP (grupo mundial de definição de padrão para a LTE e 5G).

Conforme o executivo, a NB-IoT aplicada na frequência de 700 MHz amplia entre 30% a 40% a cobertura tradicional em relação ao uso dos smartphones, aliando ainda como vantagem o baixíssimo consumo de bateria nas aplicações de Iot. " Com a NB-IoT podese desenvolver dispositivos com baterias com tempo de duração entre 5 a 10 anos, fundamental para essas aplicações", informa ele.

Capdville aponta que a TIM, a partir dessas experiência-piloto (que terá as aplicações de



# CLARO DESCARTA CRONOGRAMA DA ANATEL E DEFENDE LEILÃO DE ESPECTRO SÓ EM 2020

Luís Osvaldo Grossmann | Convergência Digital

Diante do plano em desenvolvimento na Anatel de fazer um grande leilão de frequências no próximo ano, pelo menos parte do mercado defende adiamento desse cronograma. Como sustentou no Painel Telebrasil, o diretor jurídico e regulatório da Claro, Oscar Petersen, o setor precisa de tempo para amortizar os investimentos mais recentes em espectro.

"Cogitar a realização de um leilão de faixas de frequência seria precipitado, na medida em que ainda existem pendências nas faixas licitadas em 2014", afirmou o executivo, lembrando que as empresas que aportaram R\$ 5 bilhões no leilão de 700 MHz só terão total acesso às frequências adquiridas também no fim do próximo ano.

"Vamos começar a amortizar os investimentos de forma plena somente após a entrega total da faixa", insistiu o diretor jurídico regulatório da Claro.

Pelo cronograma do desligamento analógico, 582 cidades são esperadas para terem o espectro liberado em 2018 e 1.246, até o fim de 2019.

Na Anatel, chegou a ser cogitada a oferta ainda neste 2018 da fatia que sobrou dos 700 MHz (que seria para a Oi, mas a tele não foi ao leilão em 2014).

A ideia agora é reunir essa sobra, mais a faixa de 3,5 GHz, além de cerca de 100 MHz em 2,3/2,4 GHz para um grande leilão em 2019. Chegou também a ser avaliada a oferta na faixa de 1,5 GHz, mas já foi descartada.

Oscar Peterson ressaltou, no entanto, que a faixa de 3,5 GHz deveria esperar o 5G. "A faixa é importante e deve ser preservada para 5G. Existe interferência com as antenas parabólicas, algo que não é simples de resolver. Nossa expectativa é que não ocorra licitação antes de 2020", insistiu. Segundo ele, a mitigação da interferência das parabólicas é mais complexa do que se dá com os 700 Mhz.

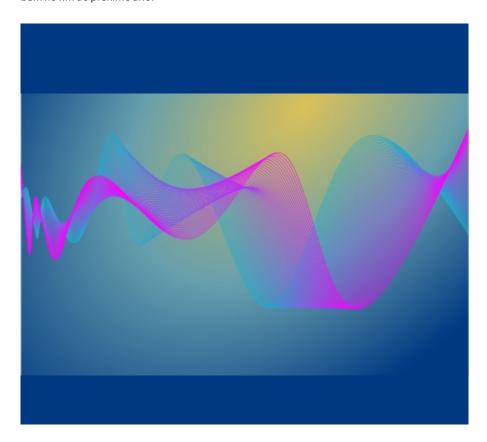


TELESÍNTESE

A outorga não dependeu de licitação, uma vez que a RSCC atendeu a todos os requisitos exigidos pela agência

A Anatel autorizou a Russian Satellite Communications Company (RSCC) a explorar no Brasil o satélite Express AM8, que ocupa a posição orbital 14º Oeste, pelo prazo de quatro anos. A outorga não dependeu de licitação, mas custou R\$ 77,1 mil à empresa russa.

O satélite foi lançado em 2015 e opera nas bandas C e Ku. De acordo com parecer da agência, a disputa da posição orbital é desnecessária quando for possível conferir direito de exploração de satélite estrangeiro a todos os interessados que atendam aos requisitos dispostos na regulamentação.





# RELATÓRIO INDICA OPERADORA COM MELHOR VELOCIDADE DE INTERNET NO CELULAR

**EXAME** 

Claro, Oi, TIM e Vivo aparecem em levantamento feito com dados de uso de brasileiros

São Paulo – Um novo relatório da OpenSignal, que monitora rede móveis no Brasil, indica a velocidade média da internet no celular oferecida pelas operadoras de telefonia. Com 16,92 Mbps (megabits por segundo), a Claro é apontada como vencedora na categoria de velocidade geral de download de dados, que abrange 3G e 4G.

Em ordem, as demais operadoras que compõem a lista da OpenSignal são Vivo, TIM, Oi e Nextel. Na cidade de São Paulo, a Claro oferece velocidade média de download em 4G de 23,59 Mbps, seguida pela Vivo (19,93 Mbps), pela Nextel (17,73 Mbps), pela TIM (14,43 Mbps) e pela última colocada Oi (10,19 Mbps). É em Belo Horizonte que a Claro se distancia da Vivo. Ela tem média de velocidade de 40,52 Mbps, conta 21,65 Mbps da rival, que ocupa a segunda posição.

O relatório mostra também que, apesar de a Claro e a Vivo terem as melhores médias de velocidade, a TIM tem a maior cobertura de internet móvel 4G em território nacional. Em 75,9% do tempo, os clientes da empresa tinham conexão 4G no período analisado no estudo. Já em 3G, a campeã é a Oi. Para o levantamento, a OpenSignal coletou informações de 372.841 usuários, somando 6.4 bilhões de dados, no mês de maio (de 1º a 29) de 2018.

Veja, a seguir, os números marcados pelas operadoras no relatório em termos de velocidade geral de download de dados, download de dados em 4G, upload em 4G e disponibilidade de 4G.

# 5G VENCE MAIS UMA ETAPA E FICA MAIS PERTO DA REALIDADE

Especificações chegam agora a um "estágio oficial de finalização", segundo o chairman da 3GPP Erik Guttman

Durante plenárias nesta semana na cidade de La Jolla, nos Estados Unidos, várias empresas cossignatárias do grupo de padronização de tecnologia móvel 3GPP aprovaram as especificações do release 15, que essencialmente deixa mais próxima a implantação comercial da 5G. Segundo informa a entidade, o release complementa o padrão das especificações para a 5G New Radio non-standalone, aprovado em dezembro do ano passado, e permite a implantação independente, além de arquitetura de rede fim-a-fim. Com isso, agora as especificações chegam em um "estágio oficial de finalização", segundo o chairman da 3GPP Erik Guttman, em comunicado. Mais de 600 delegados representantes de operadoras e fornecedores, além de outras verticais, estiveram presentes na plenária. "Os serviços comerciais 5G estão mais perto do que nunca com a finalização do release 15 do 3GPP", afirmou o vicepresidente de arquitetura de acesso e padronização da AT&T, Hank Kafka. "O marco permitirá testes mais avançados usando equipamentos padronizados e pavimenta o caminho para nosso lançamento comercial da 5G em uma dúzia de cidades ainda este ano", complementou.

O head de tecnologia e inovação da Telecom Italia, Enrico Bagnasco, afirmou que isso permitirá expandir o alcance das redes atuais para novos segmentos de mercado. "A disponibilidade de um quadro completo de padrões NSA [non-standalone] e SA [standalone] vai abrir várias opções para implantação da nova tecnologia, impulsionando uma nova geração de dispositivos", declarou.

A China Telecom, por meio do EVP, Liu Guiqing, afirmou que planeja "liderar os esforços em verificar o desempenho especificado e otimizar os recursos inovadores por meio de testes de campo em várias cidades". Declarou também que pretende trabalhar com o 3GPP para definir o release 16, considerado "crítico" para as aplicações de redes uRLLC (Ultra-Reliable Low Patency Cellular, ou conexão ultraconfiável de baixa latência, em uma tradução livre).



# AFINAL, O QUE O GOOGLE SABE REALMENTE SOBRE VOCÊ?

# VOCÊ PODE FICAR SURPRESO SOBRE O QUANTO O GOOGLE SABE SOBRE VOCÊ E O QUÃO FÁCIL É LIMITAR O QUE A COMPANHIA ARMAZENA SOBRE O SEU HISTÓRICO

Pode soar algo óbvio, mas para que o Google identifique você, você precisa ter uma conta do Google. Sem uma conta Google, a gigante de tecnologia pode muito bem ter dados anônimos sobre você como um cookie em um telefone ou computador, mas é impossível saber quais dados são (assim como é impossível para o Google saber quem você realmente é). Assim, todas as informações abaixo dependem do fato de você estar conectado à sua Conta do Google, o que, convenhamos, certamente, você tem. Se você já fez login em um smartphone ou tablet Android, usou o Gmail ou usou o YouTube como um usuário registrado, bem, você tem então uma conta da gigante de Mountain View.

O e-mail e a senha que você usa para essas coisas (ou Google Agenda, Documentos, Drive, etc.) são sua Conta do Google. Você pode ter várias. Nesse caso, você precisará repetir tudo o que segue para cada conta. Então, divirta-se identificando as diferenças entre cada uma delas.

O Google costumava ser apenas um mecanismo de pesquisa. Lembra-se disso? Certamente você ainda usa muito o Google Busca. E o Google coleta muitos dados sobre as pesquisas que você faz, já que isso diz muito sobre você. Faça login e acesse o Google e veja o histórico de pesquisas que o Google mantém sobre você. É realmente muito estranho ver o que o Google sabe o que você pesquisou. Você também pode ver seu histórico de pesquisa do YouTube aqui.

# ESSES SÃO OS DADOS BÁSICOS QUE O GOOGLE PROVAVELMENTE TERÁ SOBRE VOCÊ:

Seu nome, sexo e data de nascimento Seus endereços de email Seus números de telefone Onde você mora Onde você trabalha Sites que você visitou Pesquisas que você fez Suas preferências de anúncio Seus interesses



Lugares que você visitou em todo o mundo Seu histórico de pesquisa do YouTube e vídeos assistidos recentemente

### COMO POSSO VER MINHA ATIVIDADE NO GOOGLE?

Você pode ver isso com facilidade, graças a uma ferramenta relativamente nova que fornece uma linha do tempo de eventos e a capacidade de excluir esses eventos individualmente, caso deseje.

Faça login na sua conta e vá para a página Minha atividade.

Você pode obter os detalhes reais se clicar em Exibição de item, mostrado no canto superior esquerdo do painel que verá. Você pode ver mais atividades clicando em Outra atividade do Google no painel esquerdo. Isso fornece links para muitos outros serviços do Google, como pesquisas sonoras, quando você deixa o feedback do YouTube ou clica em "Não está interessado" em sugestões de vídeos, informações da biblioteca do Google Play, interesses, preferências de notícias, informações de chamadas e mensagens e muito mais.

### O QUE O GOOGLE ACHA QUE VOCÊ ESTÁ INTERESSADO?

A principal razão pela qual o Google rastreia todos esses dados sobre você é que ele pode segmentar publicidade com mais êxito, a fim de pagar pelos serviços gratuitos que você acessa. Dependendo do seu ponto de vista (ou demográfico), isso é uma ameaça sinistra ou uma maneira legal de conseguir coisas grátis. Mas é interessante descobrir exatamente o que o Google acha que sabe sobre você e como ele usa isso para segmentar anúncios do seu jeito. Entre e siga para Configurações. Você verá o que o Google considera como seu sexo e idade, além de seus interesses. Se você não disse a verdade ao inserir informações básicas - ou nunca as inseriu - pode achar divertido que o Google tenha "adivinhado" a sua idade ou sexo completamente errado.

# ONDE O GOOGLE ACHA QUE VOCÊ ESTEVE?

Uma das opções disponíveis no Painel de Controle de Configurações do Google descrito acima é a capacidade de descobrir onde o Google pensa que você esteve. Você pode ir diretamente para o Histórico de Localização. Normalmente, isso é rastreado com o uso do GPS em seu telefone: é provável que, mesmo que você não use um smartphone Android, ainda esteja conectado à sua conta do Google em um iPhone.

# COMO IMPEDIR QUE O GOOGLE COLETE INFORMAÇÕES DE LOCALIZAÇÃO

Clique em Gerenciar Histórico de Localização na parte inferior da página e desative o Histórico de Localização.

# /olhardiqital.com.br/lu-explica/noticia/veja-os-4-erros-que-estao-acabando-com-a-bateria-do-seu-celular/69870

# **SE LIGA!**



APPLE QUER SUBSTITUIR A CHAVE DO SEU CARRO PELO IPHONE

OlharDigital

A Apple parece ter planos de expandir a usabilidade do iPhone. Conforme relata a Fast Company, a empresa registrou uma tecnologia de chave digital, que permite que o motorista destrave o carro através do smartphone. O sistema permite que o usuário faça o download de uma cópia digital da chave do carro e usá-la no lugar da chave física. "A solução será independente do carro e do dispositivo inteligente. Ela permitirá que os consumidores bloqueiem ou destravem o veículo de forma conveniente e iniciem o motor junto com outros recursos", diz o documento apresentado. Além disso, o motorista poderia compartilhar a chave virtual com outras pessoas, o que pode ser útil para familiares que usam o mesmo veículo ou então empresas que possuem fretes de carros. As especificações registradas sugerem que a chave digital será construída com base em tecnologias padrões existentes, como Global Platform, GSMA, Bluetooth e NFC.

# VEJA COMO SERÁ O FUTURO DO TRABALHO SEGUNDO A MICROSOFT



O futuro do trabalho é um dos assuntos abordados pela Microsoft na conferência Build, que aconteceu em Seattle, nos Estados Unidos. Se depender dos esforços da companhia, uma sala de reunião no futuro será assim: totalmente tecnológica. A Microsoft imagina uma realidade em que as conversas sejam transcritas automaticamente e atribuídas corretamente a cada pessoa. Os comandos de voz darão acesso a informações disponíveis em qualquer lugar

através da nuvem. E as assistentes virtuais serão encarregadas de organizar tudo o que for falado na reunião. Ninguém vai precisar anotar nada! Os óculos de realidade aumentada são um capítulo à parte. O HoloLens mostra como será possível criar cenários, mapas e projeções 3D para ilustrar explicações - uma ajuda mais do que bem-vinda para quem trabalha com assuntos de difícil compreensão. Parece empolgante, não é mesmo? Um futuro ainda distante, é verdade, mas perfeitamente possível.

# VEJA OS 4 ERROS QUE ESTÃO ACABANDO COM A BATERIA DO SEU CELULAR



Lembra que antigamente as baterias de celular não duravam muito tempo e corriam o risco de ficarem "viciadas" se você deixasse muito tempo carregando? Ainda bem que não é mais assim, não é mesmo? Mas a gente ainda comete alguns erros que podem prejudicar a bateria dos smartphones! Vem ver quais são e como evitá-los:

**CARREGAR O SMARTPHONE NO COMPUTADOR -** Gente, sabia que carregar o smartphone no computador usando o cabo USB pode danificar a bateria? Acontece que a energia oscila muito na entrada USB e isso pode causar superaquecimento, diminuindo a vida útil da bateria. O ideal é carregar direto na tomada, tá?

**TEMPERATURAS EXTREMAS** - Calor e bateria não combinam! Por isso, evite deixar o celular exposto ao sol ou dentro do carro em dias quentes, isso acaba com a vida útil da bateria. Por isso que quando está muito quente, o celular desliga sozinho. O mesmo vale para temperaturas muito frias, viu? Mas pode ficar tranquilo, porque nesse caso a temperatura tem que ficar abaixo de 0°C e são poucas as cidades aqui no Brasil que passam por isso. Agora, se você for viajar para um lugar que tem neve, tome cuidado redobrado com o smartphone!

EVITE USAR CARREGADORES FALSOS OU QUE NÃO SÃO OS IDEAIS PARA O SEU CELULAR. Sabe por que? O carregador faz parte do smartphone, ele é pensado para carregar o aparelho de uma forma correta e segura. Se você usa o carregador de outro celular ou um falso, pode causar até incêndios, porque ele pode soltar faíscas ou superaquecer o celular. Então, resista a tentação de pagar baratinho em um carregador, tá?

USAR O CELULAR ENQUANTO CARREGA - Antes de dormir você coloca o celular para carregar e fica jogando ou navegando nas redes sociais? É melhor parar! O aparelho também precisa de um descanso depois de um longo dia de trabalho. Além de demorar mais para carregar, a temperatura do aparelho vai aumentar e, como você já sabe, o calor prejudica a bateria.

### **RIO DE JANEIRO**

Edifício Altavista Rua Desembargador Viriato, 16 20030-090 / Rio de Janeiro - RJ - Brasil T +55 21 3824-7800 F +55 21 2240-6970

# **SÃO PAULO**

Edifício Olivetti, Av. Paulista, 453, 8º e 9º andares 01311-907 / São Paulo - SP - Brasil T +55 11 3371-7600 F +55 11 3284-0116

# **VITÓRIA**

Edifício Palácio do Café, Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 675 salas 1.110/17 29050-912 / Vitória - ES - Brasil T +55 27 3357-3500 F +55 27 3357-3510



www.pellon-associados.com.br corporativo@pellon-associados.com.br